

Despesas primárias da União: uma análise em torno do último relatório bimestral de avaliação do Poder Executivo¹⁶

Eduardo Nogueira

O acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Poder Executivo aponta que esforço do governo em aumentar a arrecadação surtiu efeito, dado que a expectativa do governo é fechar o ano com arrecadação R\$ 101 bilhões (4,5%) acima do estimado na LOA. Em contrapartida, as despesas apresentaram expansão de R\$ 39 bilhões (1,9%) acima do fixado inicialmente na LOA. A chamada PEC da Transição garantiu folga suficiente para acomodar o déficit do exercício, de forma que não existe risco de não cumprimento da meta fiscal para 2023.

Na fase de execução do processo orçamentário, o Poder Executivo revisita bimestralmente o orçamento com o objetivo de adequá-lo às regras fiscais. No Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), a Instituição Fiscal Independente (IFI) busca analisar a aderência às regras fiscais do desempenho dos indicadores fiscais e orçamentários produzidos pelo governo com o objetivo de ampliar a transparência nas contas públicas. Com a divulgação do relatório relativo ao 5º bimestre¹⁷, o Poder Executivo federal identificou a necessidade de bloqueio orçamentário de R\$ 5 bilhões para cumprimento do teto de gastos (Emenda Constitucional - EC 95, de 2016) e o efetivou por meio do Decreto 11.811/2023¹⁸. Com a proximidade do final do ano, o objetivo dessa seção é de avaliar a aderência desta reavaliação de receitas e despesas primárias do Poder Executivo ao resultado já realizado e os a se realizar.

O Poder Executivo publicou, no fim de novembro, o relatório de avaliação de receitas e despesas primárias relativo ao quinto bimestre de 2023¹⁹. O relatório atualizou as projeções macrofiscais do governo para o ano com dados realizados até outubro. O Decreto nº 11.811, de 30 de novembro, altera a programação orçamentária e financeira do Executivo a partir das novas estimativas.

O Governo projeta encerrar o ano com receitas R\$ 101 bilhões acima do previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual²⁰ (LOA). Tanto as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) como as receitas não administradas pela RFB contribuíram positivamente, com R\$ 69 bilhões e R\$ 36,6 bilhões, respectivamente. Em contrapartida, receitas líquidas para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) devem ficar R\$ 4,4 bilhões abaixo do esperado. A Tabela 6 apresenta o detalhamento da evolução das projeções oficiais de receitas primárias ao longo do ano de 2023 e apresenta as variações, em valores absolutos e relativos, entre a estimativa inicial - feita pelo Decreto 11.415/2023, que corresponde aos valores estabelecidos na LOA - e a projeção atual.

¹⁶ Acesse o relatório completo por aqui: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/relatorio/2023/dezembro/raf-relatorio-de-acompanhamento-fiscal-dez-2023>.

Em obediência aos parágrafos 11º. e 12º. do Art. 1º. da Resolução nº. 42/2016 do Senado Federal, fica registrado o voto divergente da diretora Vilma Pinto em relação à análise e às tabelas presentes nesta seção “Despesas primárias da União: uma análise em torno do último relatório bimestral de avaliação do Poder Executivo”.

¹⁷ Disponível em: <http://bit.ly/3RdP8ya>.

¹⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3uNYV6s>.

¹⁹ O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, conhecido como relatório bimestral, e o Decreto de programação orçamentária e financeira e de cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo Federal, conhecido como decreto de programação orçamentária e financeira trazem informações sobre a revisão das projeções de receitas e despesas e o aumento ou diminuição de espaço para a realização de despesas discricionárias, tendo em vista o cumprimento da meta de resultado primário.

²⁰ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/36776408>.

TABELA 6. EVOLUÇÃO NAS PROJEÇÕES DE RECEITAS PRIMÁRIAS (R\$ BILHÕES, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA)

Discriminação	DEC 11.415	DEC	DEC	DEC	DEC 11.723	DEC 11.811	Diferença	Diferença %
	(fevereiro)	11.457	11.538	11.621	(setembro)	(novembro)		
		(março)	(maio)	(julho)			nov - fev	nov / fev
Receita Primária Total	2.258,6	2.375,6	2.367,2	2.366,3	2.372,9	2.359,9	101,3	4,5%
Receita Administrada pela RFB	1.378,4	1.474,3	1.465,0	1.474,4	1.469,7	1.447,5	69,1	5,0%
Arrecadação Líquida para o RGPS	595,1	597,5	593,4	584,1	589,5	590,7	-4,4	-0,7%
Receita Não Administrada pela RFB	285,1	303,9	308,8	307,8	313,8	321,7	36,6	12,8%
Concessões e Permissões	5,7	6,5	7,6	9,2	9,1	9,1	3,4	59,9%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	-14,7%
Contribuição Plano de Seg. do Servidor	17,9	16,2	16,5	16,9	17,2	17,3	-0,6	-3,4%
Contribuição do Salário Educação	31,0	30,4	30,4	30,1	30,4	30,4	-0,5	-1,8%
Exploração de Recursos Naturais	125,3	109,0	103,4	102,2	107,4	113,3	-12,0	-9,6%
Dividendos e Participações	41,4	47,6	52,6	49,5	49,9	49,8	8,5	20,5%
Fontes Próprias	16,5	19,1	19,6	20,0	19,0	19,3	2,7	16,6%
Demais Receitas	47,2	75,2	78,7	79,8	80,8	82,4	35,1	74,4%

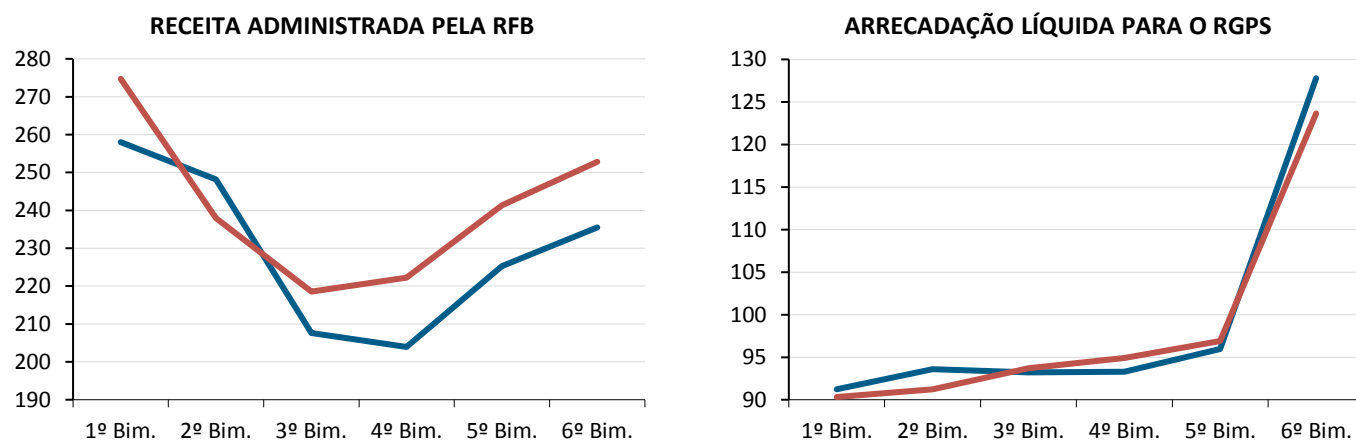
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal. Elaboração: IFI.

O resultado positivo com as receitas não administradas deve-se, principalmente, à incorporação de receitas não recorrentes. A Secretaria do Tesouro Nacional incorporou, como receita primária, os saldos não reclamados por um período superior a 20 anos em contas do PIS-PASEP, conforme disposto no artigo 121 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela EC 126/2022, no valor de R\$ 26 bilhões.

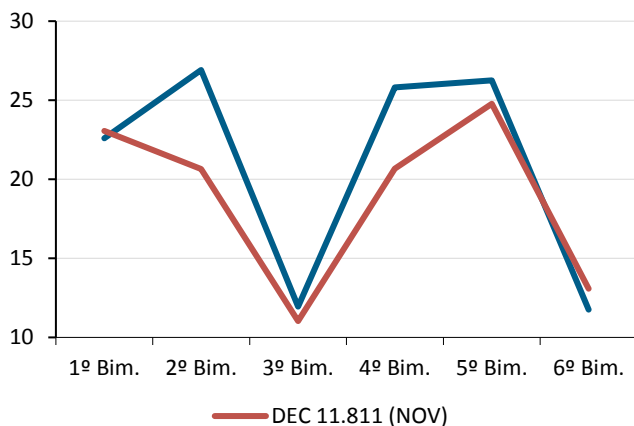
Descontando estas receitas não recorrentes, a arrecadação deverá ser R\$ 75 bilhões superior ao estimado na LOA. Este valor corresponde à uma variação positiva de 3,32% em relação ao projetado inicialmente pelo governo. Sem descontar as receitas não recorrentes, a arrecadação prevista deverá ser 4,48% superior ao estimado na LOA.

Com exceção do segundo bimestre, todos os demais relatórios apresentaram resultados de arrecadação realizada melhores do que o projetado inicialmente na LOA. A decomposição bimestral das projeções aponta que, de fato, o governo tem se esforçado para cumprir o projetado e até ampliar a arrecadação ao longo do exercício. O único resultado negativo apareceu no segundo bimestre, com arrecadação R\$ 9,7 bilhões abaixo do previsto. O destaque positivo foi o quinto bimestre, com R\$ 44,9 bilhões acima do previsto na LOA, dos quais R\$ 26 bilhões se devem à incorporação de receitas não recorrentes detalhadas anteriormente. O Gráfico 4 apresenta o detalhamento da arrecadação ao longo dos bimestres.

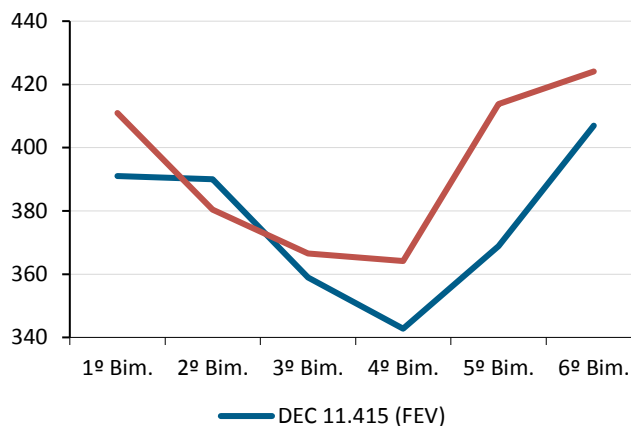
GRÁFICO 4. EVOLUÇÃO NAS PROJEÇÕES BIMESTRAIS DE RECEITAS PRIMÁRIAS (R\$ BILHÕES)



EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



RECEITA TOTAL



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal. Elaboração: IFI.

As despesas primárias deverão encerrar o exercício R\$ 39 bilhões acima do previsto na LOA. Outras despesas obrigatórias e benefícios previdenciários pressionam a despesa total em R\$ 42,6 e R\$ 7,1 bilhões, respectivamente. Por outro lado, despesas com pessoal e encargos sociais e despesas com controle de fluxo devem apresentar economia de R\$ 9,1 e R\$ 1,6 bilhões, respectivamente. A Tabela 7 apresenta o detalhamento da evolução das projeções oficiais de despesas primárias ao longo do ano de 2023 e apresenta as variações, em valores absolutos e relativos, entre a estimativa inicial e a atual projeção.

TABELA 7. EVOLUÇÃO NAS PROJEÇÕES DE DESPESAS PRIMÁRIAS (R\$ BILHÕES, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA)

Discriminação	DEC 11.415	DEC 11.457	DEC 11.538	DEC 11.621	DEC 11.723	DEC 11.811	Diferença nov - fev	Diferença %
	(fevereiro)	(março)	(maio)	(julho)	(setembro)	(novembro)		
Despesa Primária Total	2.033,8	2.036,8	2.045,8	2.051,4	2.052,2	2.072,9	39,1	1,9%
Benefícios Previdenciários	864,6	858,8	864,8	867,2	869,7	871,8	7,1	0,8%
Pessoal e Encargos Sociais	367,8	365,0	364,0	362,1	358,8	358,7	-9,1	-2,5%
Outras Despesas Obrigatórias	277,6	282,7	294,4	301,0	303,7	320,2	42,6	15,4%
Abono e Seguro Desemprego	70,3	68,0	71,9	72,0	72,9	72,8	2,5	3,6%
Anistiados	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0%
Auxílio Financeiro aos Estados/Municípios	0,0	3,0	6,9	11,4	11,6	27,9	27,9	-
Benefícios de Legislação Especial	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0	-0,4%
Benefícios de Prestação Continuada	87,8	88,5	90,6	91,4	93,8	93,7	5,9	6,7%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	-14,7%
Créditos Extraordinários	0,0	4,1	4,8	5,3	5,4	5,2	5,2	-
Fabricação de Cédulas e Moedas	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	0,0	0,0%
Fundef / Fundeb - Complementação da União	40,0	38,3	37,8	38,4	38,4	38,9	-1,0	-2,5%
Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	3,7	3,7	3,8	3,8	4,7	4,7	1,0	26,4%
ADO nº 25 (a partir de 2020)	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0,0	-
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	20,7	20,7	20,7	20,4	20,4	19,9	-0,8	-3,9%
Sentenças/Precatórios/RPVs	24,7	26,2	26,2	25,6	24,9	24,7	0,0	-0,1%
Subsídios, Subv. e Proagro	21,1	21,1	22,5	23,7	22,3	22,3	1,2	5,7%
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	9,8%
Transferências Multas ANEEL	1,7	1,8	2,0	2,1	2,1	2,1	0,4	22,5%
Impacto Primário do FIES	1,1	0,9	0,9	0,6	0,7	1,6	0,4	38,8%
Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	523,8	530,4	522,6	521,1	519,9	522,2	-1,6	-0,3%
Emendas de Execução Obrigatória	28,9	28,9	28,9	28,9	28,9	28,9	0,0	0,0%
Outras Emendas	7,6	7,6	6,8	6,6	5,5	4,8	-2,8	-37,0%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	329,0	322,9	330,5	330,5	329,2	330,4	1,3	0,4%
Discricionárias Total	158,3	171,0	156,4	155,0	156,3	158,1	-0,2	-0,1%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal. Elaboração: IFI.

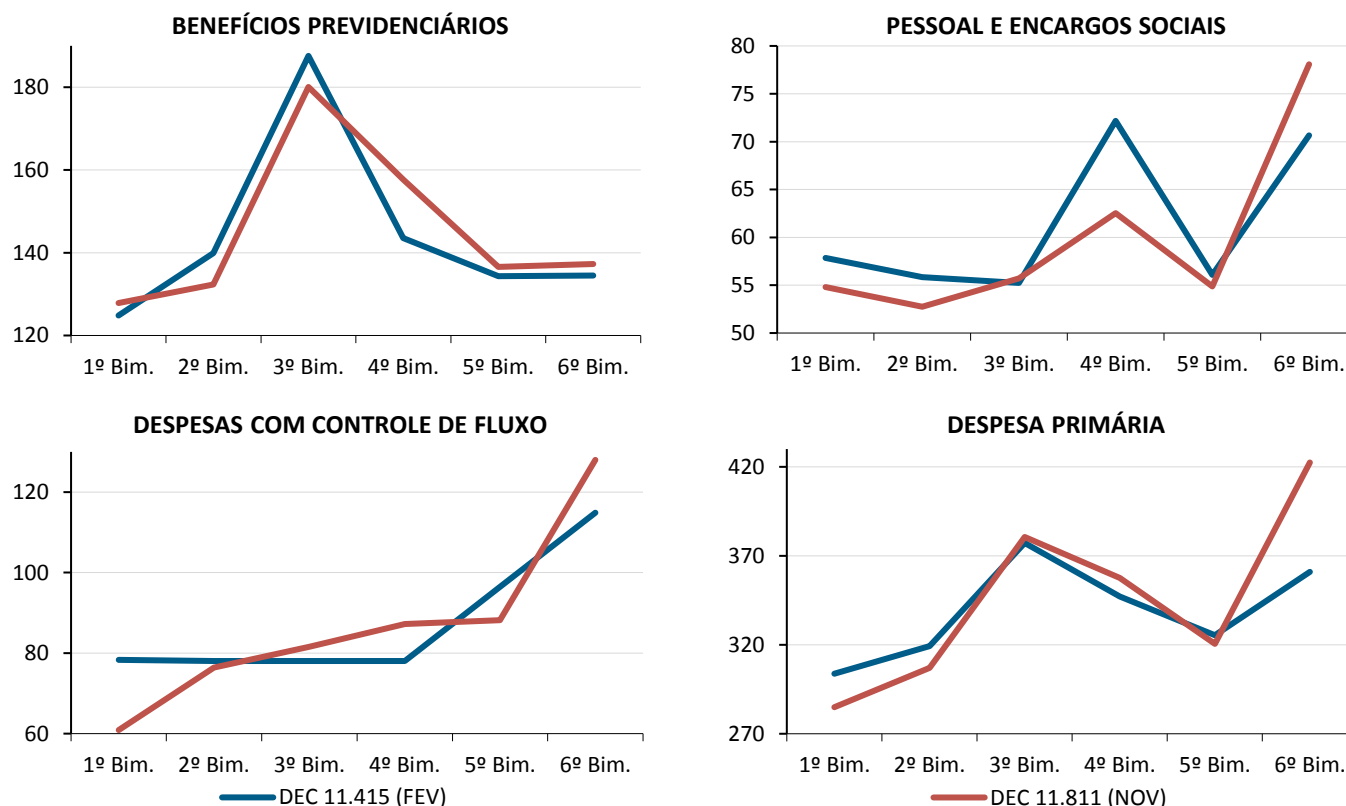
O Auxílio Financeiro aos Estados e Municípios, que deverá custar R\$ 27,9 bilhões para a União, é o maior fator de expansão das despesas, além do fixado inicialmente na LOA. Os valores e a forma dos repasses foram definidos pelas normativas: Lei 14.399/2022²¹ - Lei Aldir Blanc 2 (R\$ 3 bilhões); Lei Complementar (LC) 195/2022²² - Lei Paulo Gustavo (R\$ 3,86 bilhões); LC 192/2022 e 194/2022²³ - perda de arrecadação de ICMS (R\$ 14,7 bilhões); e LC 201/2023²⁴ - perda de arrecadação do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM) (R\$ 6,3 bilhões).

A Concessão de Benefícios de Prestação Continuada, em R\$ 5,9 bilhões acima do previsto na LOA, também pressiona a despesa primária. Segundo o governo, a LOA 2023 subestimou os benefícios ativos em ao menos 160 mil, fruto de movimentos atípicos de aumento de concessões e diminuição das cessações em 2022. O Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social²⁵ (PEFPS) também foi apontado pelo governo como causa para a expansão das despesas.

As despesas com Abono e Seguro-Desemprego devem superar em R\$ 2,5 bilhões a previsão da LOA. Segundo o governo, foi necessário reajustar os valores dos meses de maio a dezembro em decorrência do aumento do salário mínimo não previsto a LOA.

Despesa primária prevista para o 6º bimestre deve ser R\$ 61,4 bilhões (17%) superior ao projetado na LOA para o período. Todos os componentes da despesa - Benefícios Previdenciários (R\$ 2,7 bilhões), Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 7,4 bilhões), Outras Despesas Obrigatórias (R\$ 38,1 bilhões), e Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo (R\$ 13,1 bilhões) apresentaram expansão em relação ao fixado na LOA. O Gráfico 5 apresenta o detalhamento da arrecadação ao longo dos bimestres.

GRÁFICO 5. EVOLUÇÃO NAS PROJEÇÕES BIMESTRAIS DE DESPESAS PRIMÁRIAS (R\$ BILHÕES)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal. Elaboração: IFI.

²¹ Disponível em: <https://bit.ly/3REhVgK>.

²² Disponível em: <https://bit.ly/3RBHzR>.

²³ Disponível em: <https://bit.ly/46U7Z7o>.

²⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3RHLqOY>.

²⁵ Disponível em: <https://bit.ly/48ale7S>.

O deficit primário (sem deduções) deve terminar o ano em R\$ 203 bilhões, com espaço de R\$ 15 bilhões em suficiência de cumprimento de meta. A meta de resultado primário prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias²⁶ (LDO) para 2023 é de deficit primário de R\$ 65,9 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) e de R\$ 3 bilhões para o orçamento das empresas estatais federais. No entanto, a legislação em vigor²⁷ prevê o montante de R\$ 149,2 bilhões de deduções à meta de resultado primário. Na prática, a meta para o ano de 2023 é de deficit de até R\$ 218 bilhões. A Tabela 8 apresenta o detalhamento da variação das projeções oficiais de resultado primário ao longo do ano de 2023 e apresenta as variações, em valores absolutos e relativos, entre a estimativa inicial e a atual projeção.

TABELA 8. EVOLUÇÃO NAS PROJEÇÕES DE RESULTADO PRIMÁRIO (R\$ BILHÕES, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA)

Discriminação	DEC 11.415 (fevereiro)	DEC 11.457 (março)	DEC 11.538 (maio)	DEC 11.621 (julho)	DEC 11.723 (setembro)	DEC 11.811 (novembro)	Diferença nov - fev	Diferença % nov / fev
1. Receitas	2.258,6	2.375,6	2.367,2	2.366,3	2.372,9	2.359,9	101,3	4,5%
1.1 Receita Administrada pela RFB (Exceto RGPS)	1.378,5	1.474,3	1.465,0	1.474,5	1.469,7	1.447,5	69,0	5,0%
1.2 Incentivos Fiscais	-0,1	0,0	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,1	-53,9%
1.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	595,1	597,5	593,4	584,1	589,5	590,7	-4,4	-0,7%
1.4 Outras Receitas	285,1	303,9	308,8	307,8	313,8	321,7	36,6	12,8%
2. Transferências a Entes Subnacionais	452,9	460,0	455,9	457,1	458,4	459,4	6,5	1,4%
2.1 FPM/FPE/IPI-EE	345,3	358,2	358,6	361,2	359,1	358,0	12,7	3,7%
2.2 Demais	107,6	101,7	97,3	95,9	99,3	101,4	-6,2	-5,8%
3. Receita Líquida (1) - (2)	1.805,7	1.915,7	1.911,3	1.909,3	1.914,5	1.900,5	94,8	5,3%
4. Despesas	2.033,8	2.036,8	2.045,8	2.051,4	2.052,2	2.072,9	39,1	1,9%
4.1 Benefícios Previdenciários	864,6	858,8	864,8	867,2	869,7	871,8	7,1	0,8%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	367,8	365,0	364,0	362,1	358,8	358,7	-9,1	-2,5%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	277,6	282,7	294,4	301,0	303,7	320,2	42,6	15,4%
4.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	523,8	530,4	522,6	521,1	519,9	522,2	-1,6	-0,3%
5. Primário do Governo Central	-228,1	-121,2	-134,5	-142,1	-137,6	-172,4	55,7	-24,4%
5.1 Resultado Primário do Tesouro Nacional	41,4	140,2	136,9	141,0	142,6	108,7	67,2	162,2%
5.2 Resultado Primário da Previdência	-269,6	-261,4	-271,4	-283,1	-280,3	-281,1	-11,5	4,3%
6. Discrepância Estatística	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-26,0	-26,0	-
7. Primário Abaixo da Linha	-228,1	-121,2	-134,5	-142,1	-137,6	-198,4	29,7	-13,0%
8. Resultado Primário das Empresas Estatais Federais	-2,8	-2,4	-2,8	-6,6	-5,6	-4,5	-1,7	59,7%
9. Resultado Primário do Governo Federal (7+8)	-230,9	-123,6	-137,2	-148,7	-143,2	-202,9	28,0	-12,1%
10. Meta Fiscal LDO Governo Federal	-65,9	-65,9	-65,9	-65,9	-68,9	-68,9	-3,0	4,6%
11. Deduções da Meta LDO	168,2	168,2	172,1	172,3	153,1	149,2	-19,1	-11,3%
12. Meta Ajustada Governo Federal (10-11)	-234,1	-234,1	-238,0	-238,2	-222,0	-218,1	16,0	-6,9%
13. Suficiência da Meta Governo Federal (9-12)	3,2	110,6	100,8	89,4	78,8	15,2	12,0	375,2%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal. Elaboração: IFI.

No relatório do 5º bimestre o governo revelou uma discrepância estatística de R\$ 26 bilhões relativo às receitas não recorrentes de PIS-PASEP, identificada após a divulgação do Resultado Primário pelo Banco Central do Brasil (BCB) em novembro de 2023²⁸. Aumento de receitas e contenção de despesas ao longo do exercício indicavam a possibilidade de resultado melhor nos bimestres anteriores (de R\$ 123,5 bilhões a R\$ 143,2 bilhões de deficit entre o 1º e 4º relatório bimestral).

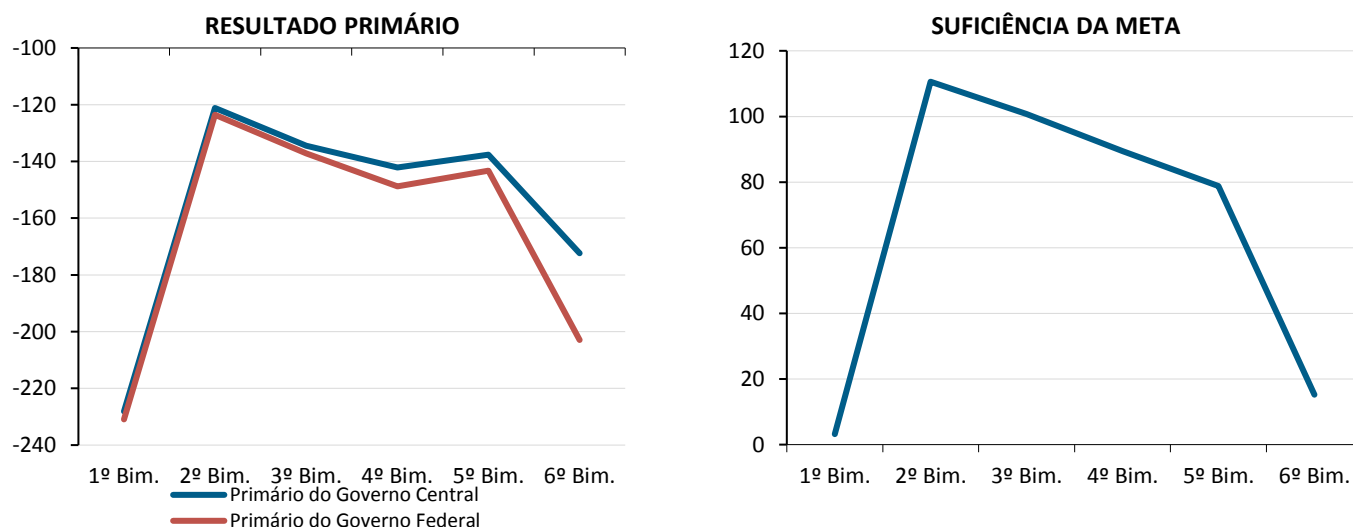
Aumento das Transferências aos Entes Subnacionais e do deficit de Empresas Estatais pressionam ainda mais o resultado primário. Transferências para Estados e Municípios e deficit das Estatais deve terminar o ano em R\$ 6,5 bilhões e R\$ 1,7 bilhões acima do previsto na LOA, respectivamente. O Gráfico 6 apresenta o detalhamento do deficit primário e da suficiência de meta ao longo dos bimestres.

²⁶ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>.

²⁷ Art. 100, CF/88, § 11: R\$ 308,7 milhões; Art. 100, CF/88, § 21: R\$ 10,0 milhões; LC nº 195/2023: R\$ 3.862,0 milhões; e EC nº 126/2022 (Art.107, inc. I do caput, do ADCT): R\$ 145.000,0 milhões.

²⁸ Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202310_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf.

GRÁFICO 6. EVOLUÇÃO DO DEFICIT PRIMÁRIO E DA SUFICIÊNCIA DE META (R\$ BILHÕES)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal. Elaboração: IFI.

Ajustes que serão realizadas nas metas fiscais de 2023 e discrepâncias estatísticas serão os maiores da última década. De fato, as deduções da meta para o exercício de 2023 serão maiores que o dobro da meta estabelecida na LDO. Embora sejam relativamente comuns ao processo de realização de compatibilização dos resultados apresentados por metodologias diferentes, os valores apurados em 2023 são elevados²⁹.

Em observância ao estabelecido na LDO, a Mensagem Presidencial que encaminha a LOA apresenta a Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e os parâmetros utilizados. Tradicionalmente, o BCB é o responsável, ao final do exercício, pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de verificação do cumprimento da meta fiscal fixada para o exercício.

Já os itens desagregados de receita e despesa apresentados no relatório bimestral são aqueles divulgados pela STN sob o critério “acima-da-linha”. A diferença entre os dois resultados pode ser parcialmente explicada pelas metodologias de apuração de algumas despesas pela STN e pelo BCB, chamada de “Ajuste Metodológico”. Além dos ajustes metodológicos remanesce ainda a chamada “discrepância estatística”, linha de ajuste para compatibilização dos resultados primários acima e abaixo da linha.

O Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais³⁰, conhecido com quadrimestral, é elaborado pela STN e pela SOF e apresenta o resultado do cumprimento das metas fiscais, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 9º da LC 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A Tabela 9 apresenta um histórico das deduções de metas³¹ e dos ajustes metodológicos apresentados nos relatórios quadrimestrais de final dos exercícios anteriores e uma estimativa para 2023.

TABELA 9. DEDUÇÕES E DISCREPÂNCIAS (R\$ BILHÕES – VALORES CORRENTES)

Discriminação	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Previsão de Deduções da Meta LDO no último DPOF	106,0	68,1	-	-	-	-	-	79,4	40,5	149,2
Discrepância estatística e ajustes metodológicos	-3,2	-5,6	-8,9	1,4	-2,6	-0,6	-4,0	-0,8	0,8	26,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal. Elaboração: IFI.

²⁹ A IFI apontou os impactos da denominada PEC da Transição no PLOA de 2023 no RAF 71 de dezembro de 2022. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/603416/RAF71_DEZ2022.pdf.

³⁰ Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-do-cumprimento-das-metas-fiscais/2023/28?ano_selecionado=2023.

³¹ A IFI publicou a Nota Técnica nº 52 - Novo arcabouço fiscal: Análise do texto substitutivo ao PLP 93, de 2023. A Tabela 1 da referida Nota apresenta uma tabela com o valor dos abatimentos das metas de resultado primário efetivamente realizados no ano. Por outro lado, a série apresentada na Tabela 9 deste RAF registra os valores previstos no último DPOF de cada exercício, o que explica a divergência dos valores de abatimentos das metas da LDO nas duas séries.